

MEDIA, DIVERSIDADE E GLOBALIZAÇÃO NA ERA DIGITAL

Francisco Rui Cádima

frcadima@fcsch.unl.pt

Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA, Portugal). Investigador Responsável do CIC.Digital - Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital. Coordenador do curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação e membro do Conselho Científico da FCSH/NOVA.

Resumo

As questões da diversidade cultural e da pluralidade das vozes no atual ambiente digital global, estão a levantar novos problemas, para além dos já identificados no contexto de migração do campo dos média clássicos para a galáxia da Internet. Se, com os media tradicionais, imperou uma lógica de fechamento sobre o "mesmo", com o digital acreditou-se, num primeiro momento, na "apoteose do sonho da diversidade" (Curran, 2008). Mas a verdade é que a eliminação dos antigos filtros de seleção e distribuição da informação não parece estar a acontecer. O novo "gatekeeping" contorna a própria intervenção humana, sendo que os atuais sistemas de disseminação da informação têm base algorítmica e intervenção de inteligência artificial e de "robots", enviesando, desde logo, o acesso às matérias noticiosas, e reduzindo o espaço da diversidade cultural ou censurando mesmo a pluralidade das vozes e das expressões culturais.

Palavras-chave

Media, Cultura, Diversidade, Globalização, Digital

Como citar este artigo

Cádima, Francisco Rui (2017). "Media, diversidade e globalização na era digital". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 8, N.º 2, Novembro 2017-Abril 2018. Consultado [online] em data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.8.2.7>

Artigo recebido em 1 de Junho de 2017 e aceite para publicação em 4 de Julho de 2017





MEDIA, DIVERSIDADE E GLOBALIZAÇÃO NA ERA DIGITAL

Francisco Rui Cádima

*The power we will gain in the twenty-first century
may well upgrade us into gods,
but we will be very dissatisfied gods.*

Yuval Noah Harari

Introdução

O que significa hoje, em plena era das grandes plataformas digitais e da Internet, analisar o problema da diversidade – da diversidade cultural, da diversidade de expressões culturais e do pluralismo, no contexto global? Num primeiro momento parece um contrassenso, aparenta fazer pouco sentido face à massa de informação circulante na galáxia Internet. Porém, num segundo tempo, constata-se que nesta era da reprodutibilidade e dos automatismos da técnica algorítmica, problemas novos emergem, entre os quais as “fake news”, que nunca haviam sido motivo de grande preocupação na era dos média, embora existissem de há longo tempo a esta parte.

Por outro lado, o pós-mediático e os novos e complexos contextos da era digital, quando pensados globalmente – em todas as extensões do conceito – evidenciam, por exemplo, a emergência daquilo a que podemos chamar o “cibercidadão”, isto é, o cidadão do ciberespaço, ou, pelo menos, de um “produser” do mundo digital, que se caracteriza, em geral, pelo facto de não estar sujeito nem a fronteiras físicas nem a velhos modelos de produção ou de distribuição, que se têm vindo a esbater e a reconverter. O mesmo, aliás, sucede com o espaço e o território, cada vez mais sem estanquidades, quer na economia e na finança, quer na política, quer no âmbito climático, quer inclusivamente na (des)informação geral que alastra e curto-circuita o processo de mediação, seja ele nos media tradicionais ou no digital.

A nossa questão de partida tem, por assim dizer, dois pontos prévios. Em dois artigos já publicados no âmbito genérico desta temática, analisámos, numa primeira abordagem (Cádima, 2010), casos demonstrativos de diferentes fraturas de um hipotético modelo mediático de comunicação global, designadamente no âmbito televisivo, modelo esse que, na realidade, em termos de conteúdos propriamente ditos, não existe, sobretudo porque ele é, na prática, fundamentalmente local ou regional – quer na lógica de distribuição de sinal, quer pela lógica geopolítica e geoestratégica. Por outras palavras, mesmo quando as condições tecnológicas o permitem, as condições políticas e os grupos



de pressão e de interesse impedem uma estratégia editorial local/global claramente autónoma e independente.

Numa segunda abordagem (Cádima, 2016), deixámos o contexto global e pensámos o espaço europeu e as dinâmicas específicas da União Europeia, procurando demonstrar que a falta de coesão do projeto europeu, designadamente desde a criação da Diretiva Televisão Sem Fronteiras (1989) até à atualidade, assentou, em boa parte, na falência do espírito da lei e do projeto e ideário estratégico europeu, vertido, na origem, nessa mesma Diretiva. Quer do ponto de vista das estratégias de comunicação, quer do ponto de vista das políticas públicas para o audiovisual europeu, em particular as políticas e a monitorização direcionadas para os sistemas de serviço público de rádio e televisão na Europa, é para nós evidente – e procurámos demonstrá-lo nesse artigo –, que a Europa sucumbiu às suas próprias e, aparentemente insanáveis, contradições, incapaz de afirmar num espaço de excelência – o serviço público de *media* – a sua herança cultural e o seu projeto de unidade e coesão transfronteira na diversidade das suas experiências e culturas.

Na pesquisa de que daremos conta de seguida, procurámos, de forma complementar aos trabalhos anteriores, encontrar respostas para duas questões: por um lado, saber se desde a emergência da Internet, sensivelmente desde meados da década de 90 do século passado, se se encontrou, no plano global, um modelo verdadeiramente alternativo àquilo a que se chama os *media* “mainstream”, por vezes também referidos, de modo mais crítico, como os “*media* hegemónicos”; por outro lado, procurar compreender o fenómeno pós-mediático no seu conjunto, também no contexto global, e refletir sobre se os diferentes sistemas de comunicação em presença – desde os sistemas locais da era analógica às redes e plataformas digitais globais, passando pelos sistemas de *broadcasting* transcontinentais – se todo este complexo sistema de comunicação pós-mediática atual tem sido compatível com essa outra ideia/modelo de globalização e de convergência cultural que a todos tem atingido, de certo modo, neste planeta nas últimas décadas.

Globalização e regressão

Procurando enquadrar historicamente a emergência da globalização e dos seus contextos culturais, recuemos a um dos textos fundadores do debate nos anos 80, da autoria de Fredric Jameson (1984). A sua proposta, crítica das tendências da altura relativas à crise das grandes narrativas como tendência marcante do pós-modernismo, levou-o a caracterizar o novo conceito como algo que teria emergido num contexto de crise de historicidade:

"There no longer does seem to be any organic relationship between the American history we learn from schoolbooks and the lived experience of the current, multinational, high-rise, stagflated city of the newspapers and of our own everyday life" (Jameson, 1984: 22).

A questão, para ele, colocava-se de modo paradoxal e algo ambivalente, ou seja, considerava a evolução cultural no quadro do “capitalismo tardio” simultaneamente como



catástrofe e como progresso. Dualidade que reaparece noutros textos seus, cerca de vinte anos mais tarde¹, aproximando-se agora do tema da resistência política à globalização e da sua análise, quer nas suas interdependências económicas, políticas e tecnológicas, alertando para a diluição do cultural no económico, quer invocando essa “dissociação histórica” entre dois mundos distintos: um que expõe aquilo que ele considera ser a “desintegração do social” e o outro, o das sociedades da abundância, em boa parte potenciadas pela tecnologia.

As consequências do mercado aberto, designadamente para o emprego e a democracia, estavam já identificadas no final do século passado por diversos autores, entre outros, Schumann e Martin (1998). Era óbvio então que os mercados globais estavam a gerar cada vez mais desemprego, deixando sérias dúvidas sobre o tipo de desenvolvimento económico gerado. De certa maneira, pela primeira vez na história do capitalismo não estava a ser gerado emprego, aparecendo assim os primeiros custos humanos da globalização. Nesta lógica de livre comércio cresciam os sistemas económico-financeiros, mas a distribuição da riqueza da máquina económica global deixava de fora novos exércitos de deserdados da terra. Em acréscimo, face à crise das velhas estruturas sociais, face à crise de solidariedades, emergiam agora ondas de aversão contra estrangeiros e contra grupos economicamente fracos da população. Daqui à emergência dos protecionismos e nacionalismos foi um passo curto. O próprio projeto Europeu procura, hoje, refazer-se deste primeiro embate, no pós-Brexit. Por isso mesmo seria útil relembrar aqui Bourdieu, recordado apropriadamente por Schumann e Martin (1998: 241):

“Só podemos combater eficazmente a tecnocracia se a desafiarmos no seu terreno de eleição, o das ciências económicas, e se opusermos ao pensamento mutilado a que ela recorre um saber que respeite as pessoas e as realidades que estas enfrentam.”

Neste contexto, era óbvio que a transformação da globalização da injustiça num processo de mútuas compensações, procurando dessa forma que os ganhos em eficiência atingissem todos os cidadãos, poderia ainda ambicionar a legitimação, por assim dizer, das vantagens do mercado aberto. O problema é que em cima desta vaga de capitalismo tardio acrescia agora uma dinâmica tecnológica nova, não completamente detetada inicialmente nos seus impactos.

Para Vidal-Beneyto, justamente, a associação entre a criação de riqueza e o aumento da desigualdade é consequência também de um desenvolvimento tecnológico desregulado e sobretudo das disfunções económicas evidentes e das determinações estruturais do sistema global na emergência do novo século. Em todo o caso, segundo Beneyto, os movimentos de cidadãos transnacionais e as iniciativas da cidadania, que se constituem no plano global como espaços com alguma autonomia – espaços de interação e de promoção de solidariedades, emergem agora como uma nova perceção neste mundo global de equilíbrios frágeis e precários, configurando-se naquilo que ele designa por uma “sociedade civil global” (2004: 22). Vidal-Beneyto considera, no entanto, que é através

¹ Ver sobretudo Fredric Jameson (2000). “Globalization and Political Strategy”. *New Left Review* 4, July-August 2000; e (2004) “The Politics of Utopia”. *New Left Review* 25, January-February 2004.



dos novos sistemas de mediação, também eles globalizados, que essa sociedade civil global pode ser potenciada e afirmar-se, quer no contexto de políticas deslegitimadas pelos “mercados”, quer face a uma globalização desregulada.

Visão diferente de Jameson ou Beneyto, por exemplo, é a de Appadurai (2004), que considerou, na sua perspetiva antropológica, que face nos novos contextos da globalização, nas complexas interações entre o global, o nacional e o local, não se verifica necessariamente uma homogeneização no plano cultural, nem tão pouco se pode considerar que através dos novos processos de mediação, eletrónicos ou digitais, se configura qualquer tipo de sistema de *media* hegemónico, pelo que a globalização da cultura é sobretudo determinada pela “canibalização” da semelhança e da diferença, que interagem reciprocamente, e pela desterritorialização das identidades culturais, o que não é de todo a mesma coisa que a homogeneização de fluxos globais. É óbvio assim, para Appadurai, que apesar de haver ainda uma certa resistência por parte dos Estados-nação em procurarem manter nos seus espaços territoriais identidades unas e contínuas, a verdade é que essa realidade está hoje ultrapassada, quer pelas dinâmicas migratórias intercontinentais, quer pelos novos sistemas tecnológicos de intermediação, quer ainda pelas plataformas digitais. Assim, basicamente, estamos sobretudo perante transversalidades comunicacionais e identidades híbridas, sendo que já no âmbito do digital se reconfiguram e reciclam traços identitários de comunidades que não têm uma pertença territorial precisa, mas nalguns casos já virtual. Era essa aliás a perceção de Neil Barrett (1997) na sua obra sobre a “cibernação”, onde propunha, justamente, que a “velha” especificidade moderna do Estado-nação confrontar-se-ia irremediavelmente, doravante, na era da Internet, com os seus próprios limites.

A atualização do problema da globalização, feita entretanto por Appadurai, num texto intitulado significativamente “Une fatigue de la démocratie” (Appadurai *et alri*, 2017), vem recolocar a questão da perda de soberania económica e/ou política por parte dos Estados modernos, agora reconvertida de novo em princípio de exclusão e também em estratégia de conquista de uma soberania “etno-nacional”, asfixiando as dissidências intelectuais e culturais internas. Na mesma obra, Zygmunt Bauman considera, no entanto, que a esfera da cultura tem tendência para se tornar progressivamente em traço característico definitivo enquanto “heterogeneidade cultural” sem que isso signifique o fim da exclusão ou da regressão social desta era da incerteza. Outras propostas desta obra de referência destes novos tempos de brasa, de Krastev a Van Reybrouck, de Streeck a Nancy Fraser, entre outros, vêm remeter fundamentalmente para aquilo que parece ser uma recusa liminar do modelo de mercado global instituído, dada a reversão populista que se tem vindo a verificar, a recusa do “outro”, do estrangeiro, recusa de participação nos processos eleitorais, sobretudo por parte de uma opinião pública “desorientada”, e cada vez mais vítima dos seus próprios medos culturais, religiosos, demográficos e laborais, que de certa maneira tem vindo a transformar o voto numa espécie de arma contra a democracia. Consolidam-se assim novas hegemonias das velhas maiorias, em novos contextos, sejam os que resultam de uma “síndrome de fadiga democrática”, sejam aqueles que se reconfiguram no “pós-factual” e na fraude política, que subsumem já essa hegemonia como uma era “pós-democrática”, no dizer de Wolfgang Streeck. Novos dados conhecidos através do recente World Values Survey², tornam este cenário um pouco mais arrepiante: menos de metade dos jovens europeus não considera essencial viver em democracia... Desconstruir esta mundialização, a par

² WVS, Wave 6 (2010-2014). <http://www.worldvaluessurvey.org>



de uma evidente crise, em curso, do próprio projeto europeu, parecem ser assim, no atual contexto de “pós-verdade” e de “regressão global”, as palavras de ordem com maior potencial de audiência. Mas a grande questão permanece a da incerteza, isto é, saber se os radicalismos e populismos são de facto uma nova tendência que esteja já a pôr em causa a continuidade da democracia liberal tal como a conhecemos desde o século XVIII.

Diversidade na era digital

A nossa perspetiva, nesta pesquisa, é avaliar sobretudo a dimensão da diversidade comunicacional e cultural da globalização – não perdendo de vista as dimensões do pluralismo cultural e pós-mediático –, e também procurar compreender esse contexto que é marcado essencialmente pela nova era digital e pelos seus impactos. Vejamos, num primeiro tempo, como se foi afirmando esse impasse complexo no domínio do pluralismo e das culturas da diversidade na emergência do digital, procurando configurar em última instância o modelo de globalização assente naquilo a que podemos chamar o “algorithmic turn” – Big Data, IA, Machine Learning, etc., com implicações deveras complexas nos diferentes níveis da sociedade, mas sobretudo nos âmbitos economia/emprego; e ciência/conhecimento e informação.

Num primeiro momento, veja-se a questão da genealogia do pluralismo e da diversidade no contexto europeu, em particular no âmbito da missão e das práticas do serviço público de televisão, a quem compete, por excelência, fazer a diferença face à oferta televisiva em geral. A dualidade ou “tensão” cultura vs. economia/comércio (Lowe & Bardoel, 2007; Cádima, 2007; Novak, 2014), se sempre foi muito penalizadora na experiência audiovisual europeia, tem sido altamente crítica sobretudo para os países em desenvolvimento. O reconhecimento da diversidade, de facto, nunca ascendeu à dignidade nem de “património comum da humanidade” nem, tão pouco, de herança cultural europeia no espaço audiovisual da UE. De um modo geral, mesmo no contexto comunitário, a diversidade cultural e mediática, sempre estiveram relativamente silenciadas, submetidas às leis do livre-comércio, e não tanto às identidades, aos valores e aos sentidos, ou melhor, raramente estiveram suscetíveis de promover efetivamente a diversidade das expressões culturais, inclusive nos sistemas públicos de *media*. Na verdade, como considerava Mattelart (2006: 16)

“as visões (da Unesco) de cultura, de identidade e de heteronomias culturais, interpelam a visão conservadora e patrimonial dos ‘valores europeus’ que marcou a construção do mercado único”.

Políticas culturais e políticas de *media* não podem assim estar separadas na medida em que o princípio básico continua a ser o da diversidade, quer das fontes de informação, quer da propriedade dos *media*, quer da independência do serviço público.

Estará o digital a ser diferente dos *media* clássicos em matéria de diversidade, utilizando aqui o conceito em sentido lato, no espectro cultural, socioeconómico e político? Mais em particular, no âmbito da diversidade das vozes na rede, da diversidade política e da “polarização”, do grau de concentração de plataformas de notícias no digital, e no âmbito



do que já é específico estritamente do digital, mas que interfere gravemente com as questões da liberdade e da dignidade da pessoa humana, na questão do rastreamento, do controlo da pegada digital e finalmente da (des)proteção de dados pessoais?

Em síntese, poder-se-ia dizer que em matéria de diversidades das vozes, pensando desde logo nos movimentos sociais dos “indignados” e nas primaveras árabes, concordamos com Castells (2012) que veio defender que o fundamental é reconhecer a dimensão social e histórica desses movimentos e os seus impactos, isto, na nossa perspetiva, para se perceber até que ponto podemos falar de “vozes libertadas” ou de abertura à pluralidade e diversidade das vozes das comunidades de cidadãos nestes novos contextos. Para todos os efeitos, nas redes haverá sempre uma forma imperfeita de representatividade, quanto mais não seja pelo facto de estarmos perante plataformas filtradas por algoritmos. Daí que se trate, ainda, de “vozes condicionadas”. Como referimos (Cádima, 2015), são condicionadas no acesso – no *digital divide*, na questão da neutralidade da rede, mas também porque são monitorizadas por sistemas de “tracking”, “bots”, por dispositivos analíticos de informação, e ainda porque se cruzam com falsos perfis, “fake news”, sistemas de bloqueio, censura, etc., tornando-se estas vozes mais rapidamente presas do controlo do virtual, do que absolutamente livres na galáxia Internet.

Também no que respeita à questão da concentração da propriedade de empresas de media e plataformas digitais na Internet, os primeiros dados conhecidos não eram nada favoráveis. Hindman (2009: 18) referia existirem “poderosas hierarquias” que formatavam o digital, para além de barreiras à entrada, de concentração económica e de conteúdos, no tráfego, nos motores de busca, software, etc. Pelo que, concluía, “news and media consumption is more concentrated online than off-line” (2009: 96). Ainda em termos de concentração, e face aos dados conhecidos, pode dizer-se que a diversidade dos *media* e dos conteúdos no contexto da migração para os *new media*, a par da consolidação de uma esfera pública “incluída”, ampla e autónoma, e da questão da participação e da colaboração da cidadania no âmbito de uma Internet “aberta” e enquadrada pelos princípios da “net neutrality”, são ainda tópicos não totalmente assimilados pelas atuais práticas correntes na rede.

Refira-se ainda que as netvigilâncias e outras modalidades intrusivas de controlo virtual aumentaram dramaticamente nos últimos anos, expondo, por vezes publicamente, a informação privada dos cidadãos, denunciando assim sobretudo as debilidades das sociedades democráticas (Mattelart, 2010) que, de facto, soçobraram perante as novas lógicas securitárias globais e as suas ligações aos grupos de interesse e aos poderes políticos e económicos pouco transparentes. As novas lógicas de captura e controlo de dados convertem desta forma o utilizador, os cibercidadãos do mundo, de um modo geral, numa espécie de terminal “IoT”, amorfo, ou seja, num recetáculo físico, desumanizado, exposto a um sistema complexo de controlo perfeitamente invisível. As consequências desta reconversão do “humano” em sujeito estatístico na era do Big Data é, por isso mesmo, extremamente crítica.

Dataism e polarização

Hoje, no plano global, em matéria de *media*, plataformas digitais e informação, discute-se e procura compreender-se os impactos das “fake news”, da informação distorcida e dos “bots”, fala-se das consequências das redes sociais, do Facebook e do Twitter, mas também da Google e da Microsoft, que têm efetivamente uma responsabilidade particular



na formatação e “editoria” do atual discurso público e no seu impacto na esfera política e eleitoral. De qualquer forma, pesar do cerco imposto pelos novos discursos encapsulados na era da “pós-verdade”, para académicos como Jonhattan Zittrain ainda estamos a tempo de repensar o que está verdadeiramente em jogo e, por assim dizer, a tempo de dar um passo atrás:

“There are thoughtful proposals to reseed a media landscape of genuine and diverse voices, and we would do well to experiment widely with them as the clickbait architecture collapses on its own accord” (Zittrain, 2017).

Computação, informação, biotecnologia, dados, inteligência artificial, estão a recompor de forma dramática a paisagem humana no planeta e a geopolítica, levando cientistas como Stephen Hawking³ a encurtarem também dramaticamente as suas previsões relativamente à “esperança de vida” da humanidade neste novo contexto. A estimativa para os próximos cem anos é de que o planeta atravessará provações difíceis, nomeadamente perigos resultantes das alterações climáticas, sobrepopulação, epidemias, subemprego, possíveis guerras nucleares e inclusive embates de asteroides na Terra, sendo possível voltarmos a ter períodos de extinção em massa, pelo que a colonização de outros planetas é fundamental para assegurar a sobrevivência da espécie. Esta é uma das revisões da matéria por Hawking, ainda que a sua previsão tenha sido bem diferente num passado recente. Em 2017, num documentário em que participa para a série da BBC *Tomorrow's World – Expedition New Earth*, considera que o homem já criou tecnologia suficiente para destruir o planeta, mas não para escapar dele...

No campo da computação sucede um pouco o mesmo: as tecnologias, os algoritmos e o “machine learning” vão progressivamente fazendo o seu caminho, sem que haja verdadeira regulação, nem garantias claras de que esse caminho seja um dia vedado ao “criador”, ou, pelo menos, de que o homem possa ficar tranquilo e confortável face a qualquer imprevisto. Aliás, hoje isso já acontece em áreas tão importantes como a da informação, nomeadamente quando pensamos nos *rankings* de notícias que os *feeds* das plataformas digitais, os agregadores de notícias ou os motores de busca organizam de acordo com o perfil de cada navegador/leitor. O “dataism” será uma espécie de nova narrativa de legitimação da era da pós-verdade (Harari, 2017), uma ficção abrangente e “sacrossanta” que na opinião do autor de *Homo Deus* (2017a) terá como embriões discursivos os “non-conscious algorithms”: “If you leave it to market forces to choose between intelligence and consciousness, the market will choose intelligence”. Ora, são justamente estes algoritmos “sem consciência”, ou, pelo menos, com “consciência de mercado”, que são motivo de reflexão e, sobretudo, de preocupação, uma vez que estão a configurar aquilo a que alguns autores chamam o “algorithmic turn” na ciência e no conhecimento, dito de outra forma, uma “física da cultura” (Slavin, 2011) que pode ir do entretenimento à finança, ou do retalho ao jornalismo.

³ Veja-se: “Stephen Hawking now says humanity has only about 100 years to escape Earth”. Chicago Tribune, May 5, 2017. <http://www.chicagotribune.com/news/nationworld/science/ct-stephen-hawking-escape-earth-20170505-story.html>



O termo "data-ism" começou por ser "cunhado" por um analista norte-americano, David Brooks (2013). Foi justamente Steve Lohr, do NYT, que publicou em 2015 um livro em torno do tema. Partindo de estudos de caso e não descurando um pressuposto reflexivo – o que configura já em si mesmo uma crítica ainda que velada, neste caso, ao próprio fenómeno Big Data –, Lohr descreve essencialmente esta nova era em que vastos conjuntos de dados são usados pela ciência, ou pelos mercados, potenciando a previsão e a decisão em praticamente todos os campos, analisando desafios, perigos e impactos que o *dataism* comporta em si. No limite, esta extensão, ou "remediação" da informação computacional já em pleno contexto digital anuncia um novo patamar da inflexão algorítmica que tem a ver, precisamente, com a possibilidade de o poder da computação na gestão de grandes massas de dados biométricos poder autonomizar-se relativamente ao humano em matérias tão sensíveis como processos eleitorais, fluxos financeiros, ou gestão da informação noticiosa, isto é, "processamento" humano dessas bases de dados é cada vez mais uma miragem:

"Nobody understands the global economy, nobody knows how political power functions today, and nobody can predict what the job market or human society would look like in 50 years." (Harari, 2017a).

É justamente esse "shift", essa tensão entre o criador e o seu "Frankenstein", entre a computação e os seus algoritmos, que hoje deve merecer toda a atenção por parte da ciência e do sistema jurídico-político em geral, de forma a prevenir consequências certamente dramáticas – que resultariam da perda desse controle –, desde logo para a humanidade no seu conjunto. Isto porque, quer os gurus da tecnologia, quer os profetas Silicon Valley estão a criar uma "narrativa universal", ou mesmo um "credo", que tem vindo a legitimar a lógica intrínseca do Big Data (Harari, 2016):

"Just as free-market capitalists believe in the invisible hand of the market, so Dataists believe in the invisible hand of the dataflow".

Um dos efeitos atuais mais dramáticos do *dataism* tem a ver com aquilo a que se chama a polarização na esfera da política e da participação cívica, que é, para todos os efeitos, uma antítese da diversidade em política. Daí que pensar hoje a política implique começar por ver as consequências das novas estratégias de comunicação *online* que passaram a utilizar as chamadas "filter bubbles", filtros de opinião, "câmaras de eco", etc., e ainda toda o campo tóxico das "fake news", cujas fontes são muito diversas. A nova paisagem política norte-americana (tal como o Brexit, ou as presidenciais em França em 2017) está assim envolvida neste turbilhão complexo de (des)informação, onde naturalmente as redes sociais, motores de busca, agregadores de informação e, em geral, as plataformas *online* estão claramente envolvidas.

Estas câmaras de eco das redes sociais são, por assim dizer, um fortíssimo polo de atração dos utilizadores que acabam por corresponder naturalmente aos algoritmos que reorganizam a informação em função dos perfis, dos interesses e das crenças desses



mesmos utilizadores. O que significa que há uma forte tendência dos utilizadores para promover e redistribuir fundamentalmente as suas narrativas favoritas e, portanto, formar grupos polarizados através daquilo a que se pode chamar a contínua criação de "cascatas de informação" polarizada, temática. E uma vez dentro da "bolha" será muito difícil sair dela. Na investigação desenvolvida pelo grupo do IMT de Estudos Avançados de Lucca (Bessi, 2016), que analisou o comportamento de 12 milhões de utilizadores do Facebook e do YouTube, entre 2010 e 2014, a equipe de investigação seguiu os "gostos", partilhas e comentários nos vídeos do Youtube, mas também incorporados em 413 diferentes páginas do Facebook, considerando que havia fundamentalmente dois tipos de categorias: "conspiração" e "ciência", sendo que em geral quase todos os utilizadores se tornaram altamente polarizados, isto é, mais de 95% dos comentários, partilhas e "gostos" estavam numa única categoria de conteúdo, numa "câmara de eco ideológica", sendo que uma vez polarizados, os utilizadores tendem a tornar-se ainda mais polarizados, ou seja, o utilizador deixa de ter opiniões adversas, outras perspetivas, ou qualquer tipo de discussão sobre as questões em jogo, que lhe possam trazer outras perspetivas.

Podemos identificar vários tipos de assimetrias em matéria de informação e notícias no contexto da convergência inicial dos media tradicionais e já em plena era digital. Basicamente, falamos dos diversos perfis e mutações que a "espiral de silêncio" da era mediática apresenta na sua eterna luta com as formas abertas da liberdade de expressão e de informação, com o pluralismo, a diversidade de conteúdos e vozes e a censura. Das falsas notícias e da contra-informação, ao *fait-divers*, sensacionalismo e aos "factos alternativos", todos estes temas da era clássica dos media reaparecem agora no digital, sendo que, atualmente, é em boa parte através das partilhas nas redes sociais que se validam as notícias falsas. Ora este é um dado novo, que está a configurar uma deslocação da "fonte" clássica para a origem da partilha, isto é, a fonte original de uma notícia parece estar cada vez mais subalternizada ao autor, à "popularidade" e ao número de partilhas online (AAVV, 2017). Mais dramático é que, em geral, na altura de confirmar e partilhar, as pessoas não distinguem entre fontes conhecidas ou desconhecidas, ou, pior ainda, inventadas. Veja-se, por exemplo, sobre a diversidade no contexto da informação noticiosa tradicional, que alguns estudos apontam justamente para uma diminuição do pluralismo e da diversidade quando a oferta cresceu exponencialmente sobretudo após a massificação da Internet nos finais dos anos 90 do século passado. É o caso de um estudo sobre os jornais da Flandres, na Bélgica (Walgrave, S. et al., 2017). Tendo por base uma análise de conteúdo longitudinal de nove jornais flamengos em quatro momentos verifica-se que ao longo do tempo, jornais de perfil semelhante, ou jornais pertencentes aos mesmos grupos de media, tornaram-se menos diversificados no que respeita às notícias que cobrem.

Ora, justamente, o problema da diversidade e do pluralismo reemerge de forma dramática no atual contexto das novas assimetrias da era digital, onde as redes sociais e os "gatekeepers" digitais se substituem aos velhos editores de imprensa, para reorganizarem a informação pela lógica do "clickbait", e onde o grau de concentração na indústria digital é superior ao que sucedia na indústria dos media tradicionais (Hindman, 2009). Problemático é ainda o facto de 51% dos utilizadores *online* preferirem as redes sociais para acederem às notícias, em geral via telemóvel, em detrimento dos media tradicionais, de acordo com um estudo do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo (Newman, N. et al., 2016), da Universidade de Oxford, com base em mais de 50 mil entrevistas em 26



países, sendo aqui o Facebook a plataforma mais utilizada no consumo de notícias havendo muitos utilizadores preferem a seleção de notícias feitas por algoritmos, às que são tradicionalmente feitas por editores ou jornalistas.

No caso da polarização da informação, que é mais específica nos períodos eleitorais, esta acaba por atravessar todo o ciclo de produção/recepção das notícias, em geral. E no caso dos media, em particular na sua relação com os novos intermediários digitais, o acesso à informação por parte do utilizador/leitor, adquire uma nova complexidade, ainda que a polarização aqui seja na mesma determinada pelos algoritmos das mesmas plataformas, agora transformados, portanto, em “gatekeepers” das notícias. Esta intermediação comporta em si novos riscos para o sistema democrático, não apenas na esfera política ou eleitoral, como vimos atrás, mas no quotidiano informativo das populações em geral.

Nielsen, R. K., e Ganter S. A. (2017) chamam a atenção precisamente para as relações dos media tradicionais com os intermediários digitais, referindo que o ciclo informativo está cada vez mais dependente das plataformas, pelo que emergem claramente responsabilidades acrescidas para estes intermediários, como o Facebook ou a Google, face ao poder que têm atualmente neste domínio. No seu estudo conclui-se que as relações entre empresas de media e plataformas são de um modo geral caracterizadas por uma tensão entre oportunidades operacionais de curto prazo e preocupações estratégicas de longo prazo, mas mais em particular marcadas por uma relação de forças e por uma assimetria que evidenciam sobretudo o risco que os *media mainstream* correm de se tornarem cada vez mais secundários relativamente aos intermediários digitais.

Conclusão

Desinformação, polarização, desorientação, incerteza, são hoje alguns dos conceitos recorrentes que estão a caracterizar os tempos que correm, as “etnopaisagens” do presente, como referido por Appadurai (2004). Se essa é a configuração da política do tempo, no plano da cultura e da informação vemos, por um lado, as questões da diversidade e da pluralidade das vozes estarem indexadas às lógicas algorítmicas, filtradas e rastreadas por complexos sistemas de controlo da Internet e/ou dos operadores de rede, o que, em última análise, determina sobretudo uma censura das vozes e não uma “liberdade” de expressão e das expressões. Por outro lado, o velho modelo de “agenda-setting”, face à reciclagem e realinhamento da matéria informativa por parte das plataformas digitais, difundida em função do perfil de cada utilizador, aparenta ser hoje um processo com um impacto cada vez mais limitado no contexto dos fluxos de informação globais.

No plano da informação, a forte penetração da Internet no plano global e o crescimento exponencial de websites noticiosos e de plataformas digitais, desde praticamente finais dos anos 90 do século passado, acabou por não se constituir em modelo de comunicação alternativo ao tradicional discurso dos media clássicos, uma vez que a evolução verificada começou por indexar a informação segundo o modelo do “winner taks it all” (Hindman, 2009), para passar depois às “filter bubbles” (Pariser, 2010) e acabar no “gatekeeping” dos algoritmos das grandes plataformas como a Google e o Facebook (Bessi, 2016).

Do lado da receção, por parte dos públicos e em particular dos públicos mais jovens, designadamente nos países mais desenvolvidos, tem vindo a verificar-se na migração para o digital, não somente uma cada vez menor politização (Prior, 2007), como, em



acréscimo, uma tendência crítica de maior polarização política. Mais grave ainda, é nas faixas etárias mais jovens, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos, que se verifica uma outra tendência problemática atribuindo-se uma maior credibilidade às redes de amigos e partilhas do que às fontes credíveis de informação.

Cosmopolitismo e interconectividade global (Woodward, 2008), a par da experiência da cidadania, das suas redes físicas e virtuais, expõem ainda outras fraturas do digital, por exemplo no plano individual, nas comunidade das periferias, ou em culturas isoladas geograficamente (Norris, 2008), através de formas de identificação, comportamentos e pertenças que transcendem fronteiras, por rutura ou convergência cultural entre o local e o global e por um conjunto alargado de ameaças, sobretudo, e algumas oportunidades abordadas ao longo desta reflexão.

Ainda que a paisagem mediática e digital esteja cheia de nuvens negras no horizonte, a verdade é que o potencial da era digital não pode deixar de ser considerado como estratégico para a cidadania global. As ameaças são um facto, mas existem também algumas "oportunidades", alguns interstícios de liberdade, justamente no campo da diversidade cultural, para que diferentes comunidades se deem a conhecer e a interajam no contexto global. Importa não menosprezar esse potencial para a salvaguarda permanente da diversidade cultural, da tolerância e de uma cidadania intercultural (Zayani, 2011), nesta fase crítica da globalização. Poderá ser um registo ainda de utopia face às distopias do digital e da globalização, recuperadas agora de Orwell ou de Huxley, mas se, como dizia Jameson (1984), ainda existe uma função social para essa entidade peculiar que é a utopia, é justamente para que a dissociação histórica entre dois mundos distintos – a referida dualidade catástrofe/progresso – que a globalização acabou, porventura, por acentuar, possa ter também a sua inflexão. A verdade é que, pela "arqueologia" conhecida até agora, a tê-la, será certamente individual ou local, dificilmente sê-lo-á no plano global.

Referências bibliográficas

- AAVV (2017). 'Who Shared It?': How Americans Decide What News to Trust on Social Media. The Media Insight Project. http://mediainsight.org/PDFs/Trust%20Social%20Media%20Experiments%202017/MediaInsight_Social%20Media%20Final.pdf
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- Appadurai, A. et altri (2017). *L'Âge de la Régression. Pourquoi nous vivons un tournant historique*. Paris: Premier Parallèle.
- Barrett, N. (1997). *The State of the Cibernation - Cultural, Political and Economic Implications of the Internet*, Kogan Page, London.
- Bauman, Z. (2011). *Le coût humain de la mondialisation*. Paris: Hachette.
- Bessi A. et al. (2016) "Users Polarization on Facebook and Youtube". PLoS ONE 11(8): e0159641. doi:10.1371/journal.pone.0159641
- Brooks, D. (2013). The Philosophy of Data. NYT, Feb, 4. <http://www.nytimes.com/2013/02/05/opinion/brooks-the-philosophy-of-data.html>



Cádima, F. R. (2016). "Da TV pública europeia à 'alienação' da Ideia de Europa. Intercom: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(2), 39-47. <https://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623>

_____, (2015) "El control de Internet y de las 'voces liberadas' en la emergencia del paradigma digital". *Historia y Comunicación Social*. Vol 20, nº 2, pp. 413-425. <https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/51391>

_____, (2010). "Global Televisions, a Single History". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, v. 1, n. 1, p. 81-91, 2010. http://janus.ual.pt/janus.net/en/arquivo_en/en_vol1_n1/en_vol1_n1_art7.html

_____, (2007). *A Crise do Audiovisual Europeu – 20 Anos de Políticas Europeias em Análise*. Lisboa: Formalpress/Media XXI.

Castells, M. (2012). *Redes de Indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de Internet*. Madrid: Alianza Editorial.

Curran, J. (2008). "Media Diversity and Democracy", in T. Gardam and D. Levy (eds.) *The Price of Plurality*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism/Ofcom, pp. 103-109.

Harari, Y. N. (2017). *Homo Deus. A Brief History of Tomorrow*. London: Vintage.

_____, (2017a). Entrevista a Rasmus Palludan: "Sapiens - author Yuval Noah Harari on the future of mankind, AI and more". Media.com, April 21.

_____, (2016) "Yuval Noah Harari on big data, Google and the end of free will". Financial Times, August, 26. <https://www.ft.com/content/50bb4830-6a4c-11e6-ae5b-a7cc5dd5a28c#axzz4ITeEeTSei>.

Hindman M. (2009). *The Myth of Digital Democracy*. New Jersey: Princeton University Press.

Jameson, F. (1984). "Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism". *New Left Review*. I (146). July–August 1984, pp. 53-92.

_____, (2000). "Globalization and Political Strategy". *New Left Review* 4, July-August, pp. 49-68.

_____, (2004). "The Politics of Utopia". *New Left Review* 25, January-February, pp. 35-54.

Lohr, S. (2015). *Data-ism. The Revolution Transforming Decision Making, Consumer Behavior, and Almost Everything Else*. New York: HarperBusiness.

Lowe, G. F. & Bardoel J. (eds.) (2007). *From Public Service Broadcasting to Public Service Media*. Göteborg: Nordicom.

Mattelart, A. (2000). *História da Utopia Planetária. Da cidade profética à cidade global*. Lisboa: Bizâncio.

_____, (2006) "Mundialização, cultura e diversidade". *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 31, dezembro de 2006, pp. 12-19.

_____, (2010) *The globalization of surveillance: the origin of the securitarian order*. Cambridge: Polity Press.



- Newman, N. et al., (2016). The Reuters Institute's Digital News Report. Oxford: The Reuters Institute for the Study of Journalism. <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital-News-Report-2016.pdf>
- Nielsen, R. K., e Ganter S. A., (2017). Dealing with digital intermediaries: A case study of the relations between publishers and platforms. *New Media & Society*. 10.1177/1461444817701318. <http://journals.sagepub.com/eprint/dxNzFHygAIRHviKP9MFg/full>
- Norris, P. e Inglehart, R.(2008). *Cosmopolitan Communications. Cultural Diversity in a Globalized World*. Cambridge University Press.
- Nowak, E. (2014). "Autonomy and Regulatory Frameworks of Public Service Media in the Triangle of Politics, the Public and Economy: A Comparative Approach". Oxford: The Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Prior, M. (2007). *Post-Broadcast Democracy: How Media Choice Increases Inequality in Political Involvement and Polarizes Elections*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pariser, E. (2011). *The Filter Bubble - What the Internet is Hidding from You*. NY: The Penguin Press.
- Quattrociochi, W. et al. (2016). "Echo Chambers on Facebook". Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2795110>
- Schumann, H. e Martin, H-P (1998). *A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao bem-estar Social*. Lisboa: Terramar.
- Slavin, K. (2011). 'How algorithms shape our world'. TED Conference. (Available at: https://www.youtube.com/watch?v=TDaFwnOikVE&feature=player_embedded#at=261
- Vidal-Beneyto, J. (2004). "El gobierno de la Sociedad-Mundo", in F. Jarauta (ed.) *Foro de la Mundialización, Gobernar la globalización*, Murcia: Fundación CajaMurcia.
- _____, (2006) (coord.). *Derechos humanos y diversidad cultural: globalización de las culturas y derechos humanos*. Barcelona: Icaria
- Walgrave, S. et al. (2017). "Are newspapers' news stories becoming more alike? Media content diversity in Belgium, 1983–2013". *Journalism*. 10.1177/1464884917706860
- Woodward, I et al. (2008). Attitudes towards globalization and cosmopolitanism: cultural diversity, personal consumption and the national economy. *The British Journal of Sociology*. Volume 59, Issue 2, June 2008, pp. 207–226.
- Zayani M (2011). Media, cultural diversity and globalization: challenges and opportunities. *J Cult Divers*. 2011 Summer;18(2):48-54.
- Zittrain, J. (2017). The Age of Misinformation. *The Atlantic*, May, 3. <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2017/05/american-discourse-version-12/523875/>